

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 108.269 - RJ (2019/0041233-5)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
RECORRENTE : ROBINSON ELIZANDRO GAMA DE LIMA (PRESO)
ADVOGADO : HENRIQUE SANTOS CERQUEIRA - RJ138841
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por ROBINSON ELIZANDRO GAMA DE LIMA contra acórdão proferido pela 8ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no julgamento do HC n. 0066817-17.2018.8.19.0000.

Noticiam os autos que o paciente foi preso em flagrante e denunciado como incurso no artigo 33 da Lei 11.343/2006, tendo a custódia sido convertida em preventiva.

Buscando o trancamento do processo ou a revogação da segregação antecipada, a defesa impetrou prévio *writ* na origem, cuja ordem foi denegada.

Sustenta o advogado subscritor das razões recursais que os policiais teriam invadido a residência do acusado sem a sua autorização, o que ensejaria a nulidade do flagrante e das provas com ele obtidas.

Afirma que a Corte Estadual não teria apresentado motivos concretos para a manutenção do encarceramento antecipado do réu, inovando indevidamente a fundamentação apresentada pelo magistrado singular.

Alega que o Ministério Público, em audiência, teria se manifestado favoravelmente à concessão de liberdade ao paciente.

Argumenta que o acusado é primário, de bons antecedentes, possui residência fixa e ocupação lícita.

Salienta que foi apreendida pequena quantidade de substância entorpecente na casa do agente, que seria usuário contumaz de maconha.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva do recorrente, a fim de que possa responder à ação penal em liberdade, mediante a aplicação de medidas cautelares diversas.

É o relatório.

Não obstante os relevantes argumentos expostos na impetração, a fundamentação que dá suporte à postulação liminar é idêntica à que dá amparo ao pleito final, isto é, confunde-se com o mérito do *mandamus*, o qual exige exame mais detalhado das razões declinadas e da documentação que o acompanha, análise que se dará devida e oportunamente quando do seu julgamento definitivo.

Ademais, a Corte de origem consignou que "*após ser colocado em liberdade, o réu foi novamente preso em flagrante por delito de tráfico de drogas, revelando o risco concreto de reiteração delitiva, tudo a justificar a medida excepcional de restrição à liberdade, de modo que corretamente culminou decretada a prisão do acusado*" (e-STJ fl. 82).

Da leitura de tais argumentos não exsurgem, portanto, os necessários traços de ilegalidade manifesta na decisão objurgada para o deferimento da cautela requerida, já que, em sede de cognição sumária, não se verifica qualquer violação aos dispositivos legais apontados, sem prejuízo de uma análise pormenorizada da questão no

momento oportuno.

Ademais, é "*firme nesta Corte o entendimento de que, tratando-se de crimes de natureza permanente, como é o caso do tráfico de drogas, e do porte ilegal de arma de fogo de uso restrito, mostra-se prescindível o mandado de busca e apreensão para que os policiais adentrem o domicílio do acusado, não havendo se falar em eventuais ilegalidades relativas ao cumprimento da medida*" (HC 451.582/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 21/6/2018, DJe 29/6/2018)" (AgRg no REsp 1578941/PR, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 05/02/2019, DJe 11/02/2019), circunstância que afasta a plausibilidade jurídica da medida de urgência.

É cediço que o deferimento do pleito liminar em sede de *habeas corpus* e em recurso ordinário em *habeas corpus*, em razão a sua excepcionalidade, enseja a demonstração e comprovação, de plano, do alegado constrangimento ilegal, o que não ocorre *in casu*.

Ante o exposto, **indefer-se** a liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo da 2ª Vara da comarca de Itaperuna/RJ, encarecendo o envio dos esclarecimentos necessários ao deslinde da controvérsia, especialmente no que se refere à situação prisional do paciente e ao atual andamento da persecução criminal, e encaminhando, se houver, senha para acesso ao respectivo processo.

Com estas, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI
Relator